

CULTURA, IDENTIDADES E DIFERENÇAS

Neuza Maria de Fátima Guareschi *

Resumo

O foco desta discussão é problematizar de que modo determinadas práticas cotidianas forjam marcas identitárias, produzindo determinados modos de ser sujeito. O objetivo é circunscrever como práticas de significação na contemporaneidade produzem regimes de verdade que marcam corpos e comportamentos, governam modos de viver, fundamentando na cultura a partir do campo dos Estudos Culturais e na discussão foucaultiana sobre o conceito de discurso.

Palavras Chave: Identidade, Cultura, Práticas de significação

Introdução

Situamos esta discussão na área de estudos da psicologia social, em uma perspectiva do construcionismo social, a qual possui como pressuposto teórico uma desnaturalização da “realidade¹”. O construcionismo define-se como uma forma de oposição ao representacionismo.

**Professora/Pesquisadora – PPGP – Faculdade de Psicologia – PUCRS. Coordenadora do Grupo de Pesquisas: Estudos Culturais, Identidades/Diferenças e Teorias Contemporâneas.

1 Aqui a noção de realidade e conhecimento guardam entre si estreita relação. “O conhecimento, como é visto na Modernidade, sempre é representação do mundo. Tem algo que é o mundo, e o conhecimento é a imagem desse mundo. O conhecimento é tanto mais viável, mais verdadeiro ou mais aceito quanto melhor representar essa realidade” (Iñiguez, 2002, p. 106). Esse modo de relação com a realidade modifica-se na Pós-modernidade, que põe em xeque a própria noção de realidade. Esta passa a ser concebida como uma construção do conhecimento. Como diz Veiga-Neto (1996) “...é o olhar que botamos sobre as coisas que, de certa maneira, as constitui (...) Em suma, o que importa não é saber se existe ou não uma “realidade real”, mas, sim, saber como se pensa essa realidade” (p.27-8). Este é o cenário que dá condições de pensarmos em um diálogo entre o campo dos Estudos Culturais e a produção de sentidos na produção de

Este último pressupõe: a) estarmos separados do mundo – separação sujeito/objeto; b) que este mundo possa existir independentemente de nossa experiência; e c) o conhecimento como um espelho da realidade. A fidedignidade deste espelhamento determinaria o valor do conhecimento que ele adquire. Nas palavras de Íñiguez, autor construcionista que formula uma crítica ao representacionismo: “Tem algo que é o mundo, e o conhecimento é a imagem desse mundo. O conhecimento é tanto mais viável, mais verdadeiro, ou mais aceito quanto melhor representar a realidade” (2002, p.106). Neste sistema de pensamento, a separação do sujeito e do objeto faz-se necessária para assegurar uma busca de uma objetividade cada vez mais acurada - que se faz no distanciamento do objeto ou da realidade em questão. Se o conhecimento representa a realidade, esta é compreendida como natural e não como construída.

Em contrapartida, a abordagem construcionista oferece-nos a possibilidade da desnaturalização da realidade ao entender que a realidade é uma proposição explicativa, ou seja, o mundo não seria anterior à experiência que temos dele. Isso não implica negação da existência material das pessoas, eventos, fenômenos, mas que a existência material não tem em si significados fixos, universais, naturais, nem mesmo de se tornar realidade, se não for justamente experimentada como uma verdade. Essas “verdades” ou “proposições explicativas” são tomadas como aquilo que permite ao humano pensar-se de um determinado modo, como aquilo que constitui determinadas formas de ser, pelas quais as pessoas se reconhecem de determinadas maneiras e não de outras. Isso impõe lidarmos com a mutabilidade, com a descontinuidade, com a constante transformação do que seria “realidade” e dos modos através dos quais nos constituímos na interação com aquilo que forjamos como “realidade”.

A cultura como constituinte do sujeito

Situado o referencial epistemológico a partir do qual este trabalho é pensado, é necessário apontar a noção de cultura que sustenta essa discussão, visto ser essa o operador teórico que orienta a forma como foi feita a análise, para então discutir dois conceitos que estão articulados à idéia de cultura e são centrais para esta reflexão: discurso e marcadores identitários. Inicialmente, enfatizo que não existe uma homogeneização do conceito de cultura, principalmente se compreendermos que a cultura pode tornar-se diferentes objetos, mesmo no campo das ciências sociais e humanas, como por exemplo, pelas formas como é tomada pela sociologia, antropologia, psicologia. Para situar o entendimento sobre esses conceitos – cultura, discursos e marcadores identitários - utilizo a discussão realizada no campo dos Estudos Culturais e, por alguns autores² que propõem uma aproximação desse campo com a perspectiva pós-estruturalista, tomando Michel Foucault como um de seus interlocutores.

A cultura é um dos operadores conceituais centrais para os Estudos Culturais por se apresentar tanto em um sentido “substantivo” quanto em um sentido “epistemológico”. “Substantivo” ao se localizar na estrutura empírica e na organização das ações, instituições, relações sociais. “Epistemológico” por transformar as formas de conhecimento e conceitualizações que modificam a própria experiência. A mídia, por exemplo, contempla ambos os sentidos ao se constituir como uma prática “concreta” que produz modos de pensar e conhecer. Hall (1997) enuncia que essas duas proposições envolvem a nova formulação do sentido de cultura a partir de uma mudança paradigmática nas ciências sociais e humanas, identificada como “virada cultural” onde ela passa a ser compreendida como posicionando o sujeito e produzindo modos de vida.

A primeira proposição refere-se à definição antropológica de cultura em que esta é tomada como prática. Dentro dessa perspectiva antropológica, a cultura é entendida como um conjunto de normas, valores, regras, costumes, artefatos de criação e o cultivo e produção dos diversos modos de vida dos diferentes grupos sociais. Nessa compreensão o sujeito produz e reproduz a cultura, mas

² Alguns desses autores são: Stuart Hall, Tomaz Tadeu da Silva, Alfredo Veiga-Neto, Marisa Costa, Rosa Maria Bueno Fischer, Dagmar Meyer e Sandra Corazza entre outros.

é tomado como algo ao lado ou fora dela e não como constituído nela.

A segunda questiona o significado antropológico de universalidade da cultura por meio dos conceitos de formação social, relações de poder, dominação e regulação, resistência e luta. Ou seja, cultura passa a ser objetivada como um território de lutas e contestações através do qual se produzem tanto os sentidos quanto os sujeitos que constituem os diferentes grupos sociais.

Essa mudança na conceituação de cultura ampara-se na idéia de Hall (1997, p. 16) de que “os seres humanos são seres interpretativos, instituidores de sentidos” reafirmando assim, que a “realidade” é uma proposição explicativa, é uma interpretação que institui códigos, sistemas de significação que dão sentido às nossas ações e às ações alheias. A esse conjunto de ações codificadas nomeamos de cultura, resultando que “toda a ação social é cultural, que todas as práticas sociais expressam ou comunicam um significado e, neste sentido, são práticas de significação” (Hall, 1997, p. 16). Desse modo, a noção de cultura ultrapassa o domínio material, da atividade artificial da experiência humana para o domínio do simbólico de dar sentido, de construção de significados. Não se quer dizer aqui, que a cultura não tenha sido em outros momentos reconhecida na sua dimensão simbólica. O que se pretende é enfatizar que ao se construir sentidos sobre as práticas os sujeitos produzem a cultura e a si mesmo. Ela é tomada como práticas sociais que, ao forjarem sentidos, ganham efeitos de verdade e instituem modos de viver, de ser, de compreender, de explicar a si mesmo e o mundo.

Em outras palavras, concebemos a cultura como constituidora de sujeitos, produtora de identidades e da relação com o outro. Mas a compreensão dessas proposições sobre cultura só se torna possível se assumirmos a centralidade da linguagem como sistema produtor disso que chamamos “realidade”. “A linguagem não é unicamente um meio de exposição. Falar equivale a construir o mundo, e o uso da linguagem sempre deve ser visto como uma forma de ação” (Iñiguez, 2002, p. 136). O imbricamento das concepções de cultura e linguagem remete a noção de um

sistema codificador, produtor de sentidos, não como termo abstrato, mas sim como práticas cotidianas, organizadas e vividas e que não agem especificamente sobre a vida, mas sobre os modos de viver, de se tornar o que se é.

É preciso ter cuidado com essa definição de cultura, pois facilmente escorrega-se em uma determinação da mesma como reprodutora das relações sociais assimétricas. Diferentemente, a cultura lida com negociação de sentidos³ em um território de lutas e contestações pelos quais nos tornamos sujeitos. Cultura, então, não é reprodução social nem tampouco relativa única e exclusivamente aos bens materiais; é sim, produção de sentidos forjados pela atividade humana.

Desta forma, a cultura deve ser analisada no próprio contexto do qual emerge. Mas é importante atentar-se de que a compreensão do contexto histórico não diz respeito à descrição e análise de fatos e acontecimentos e sim, de como o campo social produz e modifica fatos e acontecimentos, isto é, como esse campo possibilita o aparecimento destes e como passa a se falar sobre os mesmos.

Assim, a cultura é correlata de determinados campos de saber (Sociologia, Antropologia, Educação, Psicologia...), cuja operacionalidade se dá através de redes discursivas, ou seja, de formações discursivas que inventam as categorias das quais se ocupam. Pode-se dizer que o discurso cria os referentes que possibilitam operar com a “realidade” sem tomá-la como representação, mas marcadores em relação aos quais os sujeitos passam a reconhecer-se ou diferir-se. Isso lhes possibilita posicionar-se na rede discursiva, constituir-se como sujeitos a partir daquilo que lhes interpela como sendo dito com respeito a si.

A concepção de discurso utilizada aqui se faz importante e se fundamenta, principalmente, na formulação Foucaultiana desse conceito na qual este passa a ser considerado como prática que forja os objetos dos quais fala. O discurso é, portanto, produtor de formas de inteligibilidade, de proposições explicativas e de atos de significação que cria ou possibilita o aparecimento de seus correlatos. Estes não são pré-existentes, não são naturais, são, antes de tudo, invenções. Tais

³ Bhabha (1998) usa o termo negociação para propor uma articulação entre elementos diferentes, mas sem entendê-los como antagônicos.

invenções, tais emergências de sentido do discurso, produzem-se segundo determinados códigos e convenções, segundo um sistema de regras e condições de formulação que os colocam em jogo no campo social. Ao serem tomados como legítimos tais discursos passam a funcionar como regimes de verdade construindo o que tomamos por verdadeiro, falso, científico, válido, etc.

Se entendermos as práticas culturais como discursos, estes colocam em funcionamento um universo próprio de práticas de significação que se inscrevem nos sujeitos e se tornam discursivamente “reais”.

Nesta direção, os discursos que produzem uma determinada identidade, dizem respeito à possibilidade de determinadas verdades tais como altura, cor, língua, escolaridade tornarem-se referentes de classificação de pertencimento ou não a um grupo. Forjam identidades a partir de marcadores que culturalmente passam a ser definidos como relevantes. Ao delimitar comportamentos, modos de ser e agir, os discursos estabelecem normas, padrões, instauram referenciais identitários e, ao mesmo tempo, afirmam e constituem aquilo que é diferente a esta identidade, que não é apenas o seu oposto, mas é tudo aquilo que não está incluído nesta referência.

Esta dinâmica de significação e demarcação de diferenças, central para as teorias pós-estruturalistas, será fundamental no processo de construção e constituição de identidades. Dito de outro modo, à medida que essa discursividade encontra repercussão no tecido social ela alimenta práticas e produz sujeitos que passam a agir e reconhecer-se a partir de determinadas posições, tais como os intelectuais, os políticos, os negros, as mulheres, os adolescentes conforme sugerem alguns discursos que passam a objetivar essas identidades.

Tais marcadores identitários delineiam-se a partir de relações de poder que transversalizam a produção cultural das diferenças. Têm o poder de definir identidades, marcar diferenças e estabelecer um padrão de normalidade ou referência. As relações de poder estão presentes não apenas porque determinadas posições de sujeito impõem mais determinados modos de ser, mas também porque estas são provocadas cotidianamente por discursos que circulam na mídia, como telenovelas e programas direcionados ao público e que sugerem, por exemplo, o que vestir, como

viver, como falar, etc., e que produzem os padrões do que é belo, do que é “cultuável”. Instituem os modos de ser sujeito e as referências para os sujeitos sejam classificados e para classificarem os outros em categorias que operam a partir da demarcação de diferenças. As identidades são, portanto, forjadas a partir das diferenças e estas passam a instituir desigualdades, na medida em que, os sujeitos adotam classificações de pertencimento que se incluem e se e excluem mais ou menos continuamente.

Não se pode esquecer que somos interpelados cotidianamente por pluralidades discursivas.

São sentidos forjados pela mídia, pela pedagogia, pela psicologia, pela medicina, pelo esporte, entre outros produtos culturais, que atravessam os espaços em que vivemos, tais como as escolas, as festas, os bares, a internet, os clubes, os shopping centers e a própria família. Existe, na contemporaneidade, uma intensificação da quantidade e da velocidade com que as informações circulam, em grande parte em função da rapidez e globalização dos meios de comunicação atuais e da sofisticação da tecnologia. De maneira muito veloz, sussurros tornam-se eventos e acontecimentos transformam vidas cotidianamente. Somos tomados por e (re)produzimos discursos sobre o que comer e como comer, o que vestir e como vestir, o que ler, o que ouvir, o que ver, com o que se interessar, como viver enfim constituindo modos hegemônicos de ser, de viver e de se entender o mundo. O contemporâneo é marcado mais por uma série de prescrições do que propriamente pela disciplina, mesmo que essas prescrições acabem por impor disciplinamento dos sujeitos quando pensamos que muito cedo, meninos e meninas, já se ocupam, por exemplo, de uma alimentação regrada, com valor nutricional elevado e baixas taxas de gordura, etc.

Porém, os efeitos e os sentidos destes discursos, e mesmo os próprios discursos, estão sempre em transformação. Dessa forma, algumas produções culturais sobre os modo de ser e viver, bem como da criação de determinadas classificações e formas de resistência, é entendida a partir da noção de cultura enquanto um território de lutas e negociações de sentidos que implica, inevitavelmente, em relações de poder, compreendido como força; um poder extensivo a todo o tecido social e as de formas de vida. Para apreender o poder como força, é importante considerá-lo

como positivo, como produtivo, visto não impedir a ação alheia, mas ao contrário, a incitar. Assim, para se falar em poder como positividade é indispensável que o “outro” sobre o qual o poder se exerce seja reconhecido como sujeito da ação, pois é sobre essa possibilidade de ação que a outra ação incidirá. O estabelecimento de categorias não deixa de constituir-se, também, em formas de reconhecimento da alteridade, ainda que fundadas em relações de desigualdades e não apenas de diferenças. As práticas culturais que constituem as diferentes posições de sujeito são formas de dar sentidos em que se tenta fazer valer significados particulares, próprios de grupos sociais, sobre os significados de outros grupos.

As diferenças não implicam apenas ou necessariamente no fortalecimento de uma ou outra identidade, o que resultaria na naturalização das mesmas, mas no contínuo processo de desestabilização dos marcadores identitários: abalam as identidades descentrando-as constantemente e engendrando novas posições de sujeitos, uma multiplicidade de posições que se articulam com o diferente o que nos leva, também, a pensar a identidade não como uma unicidade, idêntica, mas como fluida e descontínua.

CLUTURE, IDENTITY AND DIFERENCES

Abstract

This discussion aims to problematize the ways in which certain everyday practices construct identity markers, therefore producing ways of being a subject. We seek to circumscribe how practices of signification in the contemporary produce truth regimes that mark bodies and behaviors governing ways of living. This discussion is based in the conception of culture derived from the field of Cultural Studies and also from the foucaultian discussion of discourse.

Key Words: Identity, Culture, Practices od signification

Referências

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BHABHA, Homi K., **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções do nosso tempo. **Educação & Realidade**. Porto Alegre: ufrgs/faced, v.22, n.2, jul/dez, 1997, p. 15-46.

IÑIGUEZ, L.; HAMMOUTI, N.; MARTINS, J. B. (org). **Temas em Análise Institucional e em Construcionismo Social**. São Carlos: Rima, 2002.

VEIGA-NETO, A. **Olhares...** In: COSTA, Marisa (org). *Caminhos investigativos*. Porto Alegre: Editora Mediação, 1996.